



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
12 de novembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Alternativo – Pergentino Holanda					
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	10	Espontânea	Positiva

Périplo de Ana Luíza

A Promotora de Justiça e escritora Ana Luíza Almeida Ferro, membro da Academia Brasileira de Direito, após retornar da cerimônia de premiação de seu livro “O Tribunal de Nuremberg” na bela ilha da Sicília, na Itália, em prestigiado evento promovido pela Accademia Internazionale Il Convívio, no dia 27 de outubro, embarca novamente para a Europa na próxima semana, mais exatamente para Salamanca, Espanha.

Ali ela vai ministrar a palestra “A remição de pena pelo trabalho na legislação e jurisprudência brasileira à luz dos Direitos Humanos”, no XI Congresso Internacional Seguridad Social y Derecho del Trabajo, a ser realizado na Universidad de Salamanca, nos dias 14 e 15 de novembro.

O evento é promovido conjuntamente pela universidade espanhola, a quarta mais antiga do mundo, e o IAPE - Instituto dos Advogados Previdenciários.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva
------	----------------	------	---	--------	----------

Prefeitura tem cinco anos para garantir cumprimento de Lei

Cumprimento da Lei de Muros e Calçadas em imóveis públicos e privados deve ser fiscalizada pelo Município; planejamento que garanta sua aplicação deve ser apresentada em 180 dias

Atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão em Ação Civil Pública (ACP) proposta, em março de 2017, pela 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de São Luís, a Justiça determinou, na última quinta-feira, 7, que a Prefeitura de São Luís apresente, em 180 dias, um planejamento que garanta a fiscalização e aplicação da Lei de Muros e Calçadas (4.590/2006) em toda a capital.

O Município deve fiscalizar e impor as medidas necessárias para o cumprimento da legislação em todos os imóveis públicos e privados da cidade no prazo máximo de cinco anos. As medidas tomadas para execução do planejamento devem ser comprovadas à Justiça trimestralmente. Em caso de descumprimento da decisão, a sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís determinou multa diária de R\$ 1 mil.

A Lei de Muros e Calçadas prevê, em seu artigo 3º, que todo proprietário de terreno, edificado ou não, no Município de São Luís, é obrigado a "fechá-lo, na sua testada voltada para o logradouro onde está locali-



Ausência de fiscalização eficaz, que garanta muros e calçadas em todo o município, gera terrenos baldios

zando o imóvel" e a "construir o passeio, mantendo-o limpo e drenado".

Na ACP, o MPMA afirma que o Município de São Luís age de forma ineficaz no cumprimento de seu poder-dever de polícia administrativa. O resultado é "a proliferação de terrenos baldios em todo o Município de São Luís os quais servem à formação de depósitos clandestinos de lixo, favorecimento à es-

peculação imobiliária e ao mau uso da propriedade privada e prejuízos à mobilidade urbana pela inexistência de descontinuidade da infraestrutura pública de calçadas para pedestres".

Na sentença, o juiz Douglas de Melo Martins afirma que, além da lei nº 4.590/2006, a omissão do Município vai de encontro a preceitos constitucionais, ao Estatuto da Cidade, à

Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei nº 10.098/2000).

O Município de São Luís, em defesa, alega que está atuando na fiscalização e anotação dos imóveis que estão em situação de irregularidade, em relação à legislação urbanística, especialmente quanto à edificação dos muros e calçadas. Além disso, a administração muni-

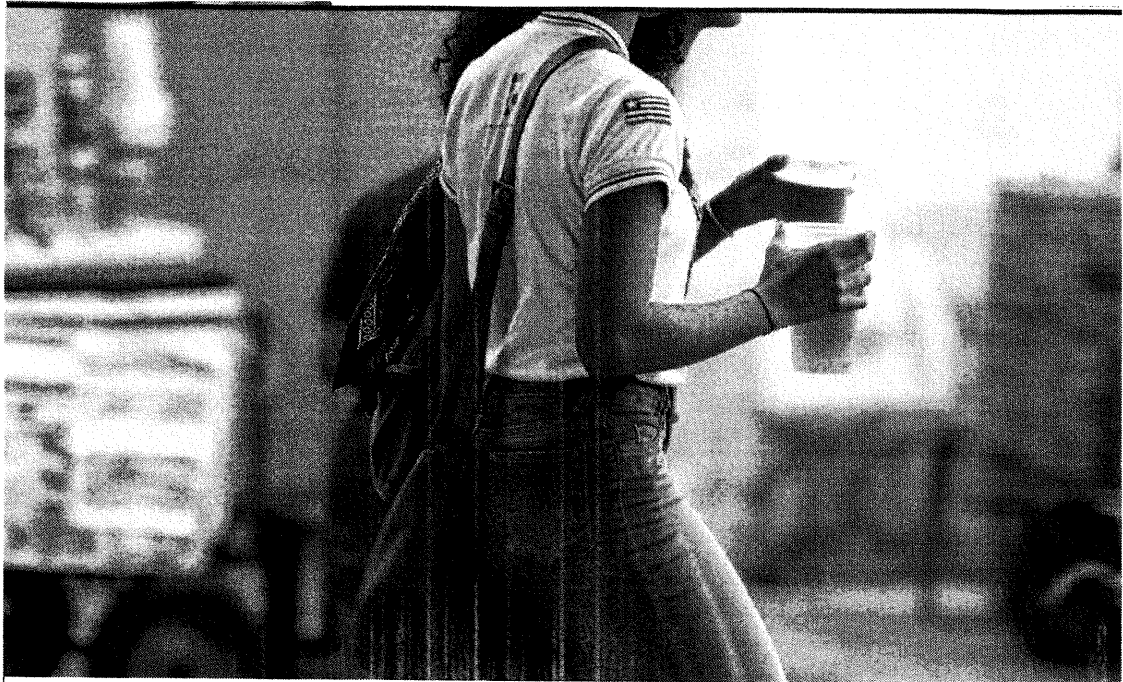
cipal argumenta que uma eventual procedência dos pedidos formulados pelo Ministério Público implicaria em intromissão na forma de exercício do poder de polícia mu-

nicipal, o que ofenderia aos princípios da separação dos poderes e da autonomia municipal, daí, pede pela improcedência da ação proposta pelo MP.●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Capa				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	1	



Adolescentes consomem álcool na Praia Grande

Um comunicado protocolado na DPE-MA e CMDCA, pela União de Moradores do Centro Histórico de São Luis denunciou o Conselho Tutelar como "ausente" e "inoperante" no combate ao consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias por adolescentes na área da Praia Grande e entorno. CIDADES 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Cidades				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	5	

Adolescentes continuam consumindo bebida alcoólica no Centro Histórico de São Luís

União de Moradores do Desterro, Praia Grande e Portinho exige maior atuação do Conselho Tutelar responsável pelos bairros; denúncia foi protocolada na DPE e CMDCA

Um comunicado protocolado na Defensoria Pública Estadual do Maranhão (DPE-MA) e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), pela União de Moradores do Centro Histórico de São Luís (UMCHSL), denunciou o Conselho Tutelar que abrange os bairros Desterro, Praia Grande e Portinho como "ausente" e "inoperante" no combate ao consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias por adolescentes na área da Praia Grande e entorno. Procurada por O Estado, a titular do Conselho Tutelar do Centro, alvo da denúncia, alegou que não compete ao órgão impedir as ocorrências.

Não é de hoje que os flagrantes de jovens embriagados na região da Praia Grande são alvo de denúncias por órgãos e organizações da sociedade civil. Em setembro deste ano, inclusive, o Batalhão de Polícia Militar de Turismo (BPTur), que atua no Centro Histórico, reuniu-se com representantes da DPE-MA com o intuito de efetivar ações conjuntas à rede de defesa da criança e do adolescente após a identificação de cerca de 100 adolescentes ingerindo bebida alcoólica na área da Praia Grande.

Mas, de acordo com um comunicado emitido pela UMCHSL, as ações têm sido insuficientes para combater as ocorrências. O documento, protocolado na DPE-MA e no CMDCA na última quinta-feira,

7, denuncia "a inoperância bem como a ausência do Conselho Tutelar do Centro de São Luís no que diz respeito as tratativas com os órgãos que trabalham políticas públicas nessa área com as crianças e adolescentes".

Ainda segundo o comunicado, o Conselho foi convidado quatro vezes para participar de reuniões com o Núcleo Gestor de São Luís – que abrange órgãos da administração pública da cidade e torna a comunicação entre as entidades mais dinâmica –, no entanto, esteve presente apenas uma

vez, o que, para o UMCHSL, reflete na problemática referente ao consumo de bebidas alcoólicas por jovens no Centro Histórico.

Outro lado

Diante das denúncias, O Estado entrou em contato com Lurdes França, titular do Conselho Tutelar do Centro, que alegou não ser de responsabilidade do órgão controlar esta situação, uma vez que o problema está na comercialização de substâncias alcoólicas a adolescentes e, por isso, compete à Polícia Militar (PM)

identificar e coibir estas infrações. Segundo ela, aos conselhos cabe localizar as famílias caso os responsáveis dos jovens não sejam identificados para que, então, recebam as orientações pertinentes.

"Não é função nossa o que eles querem que façamos. Eles querem que a gente faça blitz, mas ninguém pode delimitar o direito de ir e vir da população, nem mesmo de adolescentes. Além disso, quem disse que é crime adolescente consumir bebida alcoólica? É crime vender e quem combate

isso é a polícia. Quem é responsável por adolescente são os pais. Nós atuamos na proteção, estamos para garantir direitos e quem viola esse direito, quando o assunto é consumo de bebidas alcoólicas, são os donos de bares e, nesses casos, quem deve atuar é a polícia. Nós, conselheiros, somos requisitadores. Requisitamos a atuação perante denúncias e a rede de proteção à criança e ao adolescente executa, isso inclui a PM", esclareceu Lurdes França. Sobre os encontros, a conselheira explicou que duas reuniões



Paulo Soares

CONSUMO de bebida alcoólica por menores ainda precisa ser disciplinado

LEI

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de ser proibida a venda de bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, não é permitido, também, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, este tipo de produtos aos menores de 18 anos. Em caso de descumprimento, o responsável pelo estabelecimento estará sujeito a detenção de dois a quatro anos ou multa, se o fato não constituir crime mais grave.

foram promovidas – nos dias 31 de outubro e 4 de novembro – pela DPA e, em ambas, o Conselho Tutelar do Centro de São Luís esteve presente. Na mais recente, inclusive, ficou definido que a Polícia Militar fará relatórios de atendimentos a adolescentes no Praia Grande, para serem enviados ao Conselho que, por sua vez, realizará os atendimentos necessários à família em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Outra reunião será realizada ainda em novembro e, na ocasião, a rede de proteção fará, entre outras coisas, uma grande ação preventiva com distribuição de panfletos para a população e orientação aos proprietários de bares do Centro Histórico sobre a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

O Estado manteve contato, ainda, com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) para esclarecer as estratégias que vem sendo adotadas pela Polícia Militar para inibir as ocorrências relacionadas nesta reportagem, mas até o fechamento desta edição, não obteve retorno. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Caderno 2					
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	1		



Peritos apontam "patologias nas vigas, calhas, pilares e consoles, tais como fissuras e trincas, e corrosão das armaduras"

Perícia aponta que as condições estruturais das plataformas 1 e 2 são de má conservação

LUCIENE VIEIRA

Usuários ouvidos pela reportagem do Jornal Pequeno continuam receiosos em relação às obras de reforma do Terminal da Integração da Praia Grande. O JP obteve a informação de que, no laudo de vistoria pericial feito pelo engenheiro civil Roberlan Almeida Pereira (Crea nº 1116707209), há o relato de que o escoramento das calhas nas plataformas 1 e 2 permitiria que as duas permanecessem em uso durante os próximos oito meses, tempo suficiente para recuperação das plataformas 3 e 4.

E há o alerta para a interdição completa do terminal antes do início do período chuvoso, caso o escoramento das calhas nas plataformas 1 e 2 não fosse feito. Ocorre que até este momento este serviço ainda não foi realizado.

A perícia foi feita pelo engenheiro Roberlan Almeida Pereira entre os dias 22 e 23 do mês passado. O laudo ficou pronto 24 de outubro e foi divulgado 25 de outubro. No documento está escrito que as condições estruturais das plataformas 1 e 2 são de má conservação e "existem patologias nas vigas, calhas, pilares e consoles, tais como fissuras e trincas, deslocamento de cobertura e corrosão das armaduras".

O engenheiro Roberlan recomendou o imediato reforço estrutural paralelo à estrutura de pilares, vigas e calhas existentes para que se possa garantir, por um prazo de seis a oito meses, a utilização dessa plataforma.

Mesmo com os trabalhos nas plataformas 3 e 4 sendo feitos, conforme apurado pela equipe de reportagem do JP, até a manhã de ontem (11) não havia sido feito o escoramento das calhas nas plataformas 1 e 2. Questionado, o presidente do Consórcio Central (também presidente do SET), Gilson Neto, respondeu que a prioridade são as plataformas 3 e 4. Em relação aos relatórios semanais sobre os serviços feitos, Gilson Neto confirmou que

estes documentos foram enviados ao juiz Douglas de Melo Martins – titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, dentro dos devidos prazos; o primeiro relatório leve como prazo para envio ao juiz o dia 1º deste mês.

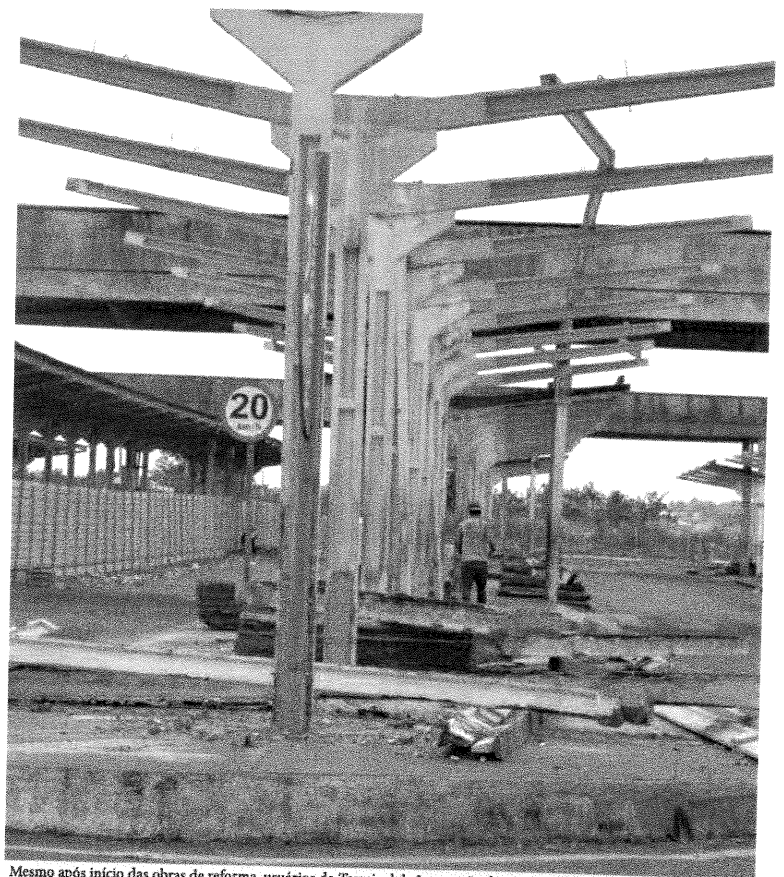
"Contratamos uma empresa para tomar conta destes serviços, e isto inclui o envio do relatório", informou.

O juiz Douglas Martins informou à reportagem do JP que "o Consórcio Central já apresentou dois relatórios, com as medidas que já foram adotadas. Quanto às plataformas 1 e 2, o que ficou estabelecido é que o Consórcio Central será responsável se algo ocorrer até o início do período chuvoso."

Enquanto o reforço estrutural nas plataformas 1 e 2 não é feito, os passageiros afirmam que estão assustados com o risco de que alguma fatalidade ocorra. "Interditaram as plataformas 3 e 4, estão trabalhando nelas, o que é ótimo. Mas, e quanto a este lado do terminal, que precisa de cuidados logo?", declarou o estudante Josiel de Freitas Assunção. "Não acredito que somente depois de concluída a obra nas plataformas 3 e 4, é que vão fazer algo nestas outras duas", disse a estudante Leonice Cardoso, se referindo às plataformas 1 e 2.

Douglas Martins informou ainda à reportagem que "apesar do engenheiro ter solicitado imediatamente o escoramento das plataformas 1 e 2, não há nada pendente em relação a decisão judicial, referente às plataformas 1 e 2."

Na concessão da tutela de urgência, divulgada 25 de outubro, pelo juiz Douglas de Melo Martins, há a informação de que o Consórcio Central, formado pelas empresas Ratrans e Taguatur, "conclua, antes do período chuvoso, as obras de reforma de metade do Terminal da Praia Grande". No dia 28, o juiz informou que este prazo se equivale ao mês de dezembro deste ano; porém o magistrado não deu uma data mais específica.



Mesmo após início das obras de reforma, usuários do Terminal da Integração da Praia Grande temem risco de possível desabamento na área



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Política - Estado Maior			
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	3

Audiência

Está prevista para hoje a quarta audiência com a sociedade civil organizada pela Câmara de São Luís para discutir o Plano Diretor da cidade. De acordo com informações da Câmara, a reunião será às 19h, no Auditório da Cidade Universitária Paulo VI, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Segundo o cronograma oficial, além desta, outras quatro audiências devem ocorrer até o próximo dia 26.

Em seguida, a matéria será tema de debates nas comissões antes de ir a Plenário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Capa					
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	1		

17,7

MILHÕES
de cigarros
apreendidos de
janeiro e junho
deste ano



NO MARANHÃO

73% dos cigarros são contrabandeados

O contrabando de cigarros deve movimentar R\$ 160 milhões no Maranhão, fazendo o Governo do Estado perder R\$ 164 milhões em impostos; preço baixo do produto atrai consumidores. GERAL 11

Paulo Soares



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Geral				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	11	

Contrabando de cigarros deve movimentar R\$ 160 milhões no Maranhão

Levantamento mostra que o contrabando domina o mercado maranhense, com 73% do total, e que o Governo do Estado perde R\$ 164 milhões em impostos

O contrabando continua respondendo pela maior parte dos cigarros consumidos no Maranhão: 73% de todos os cigarros que circulam no estado são contrabandeados do Paraguai, segundo estimativas da indústria. No ano passado, eram 64%.

O prejuízo para o governo deve ser de R\$ 164 milhões em impostos em 2019, que poderiam ser revertido em benefícios para a população, por exemplo, para a construção de aproximadamente 1670 casas populares ou 283 unidades básicas de saúde.

Por outro lado, o crime organizado - que comanda o contrabando - deve movimentar cerca de R\$ 160 milhões apenas neste ano. Entre os municípios mais afetados pelo contrabando de cigarros estão: Turilândia, Serrano do Maranhão, Guimarães, Santo Amaro do Maranhão, Paulino Neves, por exemplo.

O preço baixo do produto ilegal é o principal atrativo para que os consumidores migrem do mercado legal para o ilegal. Na região Nordeste, uma pesquisa do Ibope indica que a média dos ilegais custa R\$ 3,53, enquanto o preço mínimo estabelecido pelo governo para o cigarro legal no Brasil é de R\$ 5,00.

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), Edson Vismona, é fundamental reduzir a principal vantagem dos contrabandistas nessa guerra contra o mercado legal: a diferença de preços entre os cigarros legais e os contrabandeados do Paraguai, que não pagam impostos, não se submetem aos controles da Anvisa e financiam o crime organizado.

Ainda de acordo com Vismona, o atual sistema tributário penaliza principalmente os consumidores das



Divulgação

Segundo estimativa, 73% de todos os cigarros que circulam Maranhão são contrabandeados do Paraguai

classes C, D e E, pois o imposto que incide sobre os produtos mais caros é exatamente o mesmo dos produtos populares.

Apesar do mercado ilegal ter subido 9 pontos percentuais, a boa notícia é que as apreensões aumentaram no Estado. Foram apreendidos 17,7 milhões de cigarros - principal produto apreendido no Estado (99,51%), seguido por bebidas alcóolicas (0,33%) e eletroeletrônicos

(0,04%), de janeiro e junho deste ano, segundo a Receita Federal. No mesmo período do ano passado, foram 300 mil unidades de cigarros.

A ampliação das ações de repressão e apreensão são fundamentais no enfrentamento do contrabando. Esta é uma luta muito dura e que

deve envolver a coordenação de esforços de autoridades governamentais, forças policiais e de repressão, consumidores, indústria e, claro, das entidades que lutam para a redução do tabagismo no país. "Somente desta forma vamos conseguir combater a concorrência desleal e promover uma melhoria do ambiente de negócios no País com melhoria de renda, emprego, saúde pública e segurança para todos os brasileiros", acredita Edson Vismona.

Contrabando no Brasil

Uma pesquisa do Ibope apontou crescimento no mercado ilegal de cigarros pelo sexto ano consecutivo: 57% de todos os cigarros consumidos no país em 2019 foram ilegais, sendo que 49% foram

contrabandeados (principalmente do Paraguai) e 8% foram produzidos por fabricantes nacionais cujos produtos chegam ao consumidor por menos de R\$ 5,00 - preço mínimo definido por lei. Com isso, 63,4 bilhões de cigarros ilegais inundaram as cidades brasileiras.

O número deste ano representa um crescimento de 3 pontos percentuais em relação à pesquisa de 2018. Com isso, a arrecadação de impostos do setor deve ser inferior à sonegação causada pela ilegalidade: R\$ 11,8 bilhões contra R\$ 12,2 bilhões. Esse valor, se revertido em benefícios para a população, poderia ser usado para a construção de 5,9 mil Unidades de Pronto Atendimento, 21 mil Unidades Básicas de Saúde ou 8,6 mil creches. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	10

Mais uma ocorrência de feminicídio e de tentativas no interior do Maranhão

Uma mulher foi assassinada a facadas, em Godofredo Viana e outras três sofreram tentativas, sendo duas em Vargem Grande e outra, em Balsas

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Um caso de feminicídio e três ocorrências de tentativas ocorreram no interior do estado somente neste último domingo. Segundo a polícia, Joneide Oliveira e Oliveira, de 23 anos, foi assassinada a golpes de faca pelo namorado, nome não revelado, na cidade de Godofredo Viana. Até a noite de ontem não havia registro de prisão do acusado. No decorrer deste ano, 47 casos desse tipo de crime já ocorreram no Maranhão. Entre os registros, nove apenas na Ilha e um montante de 32 prisões.

A polícia informou que Joneide Oliveira foi golpeada em plena via pública e levada para o hospital do município, mas chegou sem vida. O motivo da barbárie não foi revelado e a vítima deixou dois filhos, que são menores de idade. Os militares realizaram rondas na localidade, mas não conseguiram localizar o suspeito.

O corpo da vítima foi removido ao hospital da cidade para ser autopsiado e, logo após, liberado para os familiares. Os populares ficaram apavorados e o sepultamento ocorreu ontem no cemitério de Godofredo Viana. A Polícia Civil vai investigar o caso como feminicídio.



Luara Macedo, vítima de tentativa de feminicídio em Balsas

Golpeada

Luara Macedo até ontem estava internada no Hospital Municipal de Balsas apresentando quadro de saúde estável. De acordo com a polícia, ela foi esfaqueada 12 vezes pelo namorado, Carlos Langue, no último domingo, nessa cidade.

A vítima levou sete facadas no tórax e cinco na cabeça, mas foram superficiais. Ainda segundo a polícia, esse ato bárbaro ocorreu durante uma discussão do casal, no bairro Açucena e o acusado tomou rumo ignorado.

SAIBA MAIS

Outras ocorrências

Foi preso em flagrante José Antônio Fernandes Pereira na noite de domingo, em Caxias. A polícia informou que ele é acusado de ter desferido um golpe de faca no pescoço de José Francisco Almeida Sampaio, de 48 anos, que veio a falecer. Eles residiam no bairro Salobro, em Caxias. Segundo a polícia, o detido sentia ciúmes da sua companheira com a vítima. A esposa do acusado chegou a ser ouvida na delegacia e declarou que não tinha relacionamento

extraconjugual. Ontem, José Antônio foi encaminhado para a Unidade Prisional de Caxias onde vai ficar à disposição do Poder Judiciário. A equipe da SHPP está investigando a morte de um homem, identificado apenas como Nilson Fernandes. O corpo dele foi achado na manhã de ontem em plena rua Nova Betel, no Jardim São Cristóvão, e removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado.

A vítima mesmo ferida conseguiu pedir socorro e levada para o hospital.

Os militares foram acionados e realizaram incursões na localidade, mas não conseguiram efetuar a prisão do suspeito. Há informações de que o casal vivia brigando e Carlos Lungue tinha ciúmes em demasia. O caso está sendo investigado como tentativa de feminicídio pela equipe da Delegacia de Polícia Civil de Balsas.

Dupla tentativa

Na cidade de Vargem Grande

ocorreram dois casos de tentativa de feminicídio. A polícia informou que no povoado Moisiño, Antônio Portela da Silva, de 61 anos, tentou matar a golpes de faca a ex-companheira, nome não revelado.

Enquanto, no Residencial Canaã, Roberval Marques, de 37 anos, tentou assassinar também a golpes de faca a sua ex-mulher e ainda pretendia atear fogo na residência dela. Os dois acusados, até a noite de ontem, não tinham sido capturados pela polícia. ●



Presos acusados de furtarem envelopes bancários dos caixas eletrônicos

Maranhenses presos por roubo no Piauí

Bando utilizou o método "pescaria" para retirar dinheiro de envelopes de caixa eletrônico

Os maranhenses, Francisco Charles Pereira e Samuel Silva Filho, em companhia de Gabriel Amaral dos Santos Silva, Rogério Mesquita Batista e Hellen Pabiola Pereira dos Santos, que são do estado de São Paulo, foram presos na capital piauiense, no último domingo, acusados de furtarem envelopes bancários dos caixas eletrônicos. O valor do dinheiro roubado não foi revelado pela polícia.

O delegado da Polícia Civil do Piauí, Tales Gomes, declarou que o bando utiliza de um novo método criminoso, denominado de pescaria. Eles utilizam uma ferramenta com placas de madeira, aço e fita adesiva para "pescar" os depósitos de dentro dos terminais de autoatendimento. "Em um inter-

valo de 30 segundos pesca um envelope sem chamar a atenção", disse Tales Gomes.

Ele ainda informou que o grupo criminoso chegou a capital piauiense no último sábado. No domingo, 10, os criminosos estiveram nas agências do Banco do Brasil da 13 de Maio, Marquês, São Cristóvão, Piçarra e Nova Cessa, onde foram presos e conduzidos para a delegacia.

Em poder deles, a polícia apreendeu cinco "varas de pescar" como ainda envelopes, dinheiro e cartão de crédito. Eles foram autuados pelos crimes de furto qualificado e corrupção ativa devido ter tentado subornar os policiais no momento da abordagem. "Os criminosos ofereceram R\$ 2 mil para não serem presos", explicou o delegado. ●

Jovem morre em colisão na BR-010

Mãe foi buscar a filha de moto, na escola em Imperatriz e quando retornava houve o acidente

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Imperatriz atendeu na tarde desta segunda-feira, 11, no km 238 da rodovia BR-010, povoado Bananal, um grave acidente envolvendo um caminhão e uma motocicleta. A colisão entre os dois veículos resultou na morte de uma pré-adolescente e em ferimentos na mãe dela, condutora do veículo.

Segundo a PRF, por volta das 12h30, próximo ao povoado Bananal, onde as vítimas moravam, a motocicleta com mãe e filha retornava de Imperatriz, onde a

menor estudava na escola Tiradentes II. Em determinado momento houve o choque entre os dois veículos, sendo que a moto trafegava no acostamento da rodovia ou próximo a ele.

A jovem foi identificada como Amanda F. Santos. O Icrim foi acionado e compareceu ao local para conduzir o corpo da vítima. A condutora da moto foi levada para o hospital Socorro de Imperatriz e não corre risco de morrer. O condutor do caminhão não se feriu. ●

Idoso preso por dopar e furtar em ônibus

Ele teria fornecido bombom contendo rivotril a populares e acabou sendo preso em Santa Inês

A polícia ainda ontem estava tentando localizar mais vítimas de Antônio Edson Pires de Sena, de 61 anos. De acordo com a polícia, Antônio Edson foi preso, no último domingo, em Santa Inês acusado de dopar e furtar passageiros de ônibus, que passam pelas regiões do Médio Mearim e Pindaré.

O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Regional

de Santa Inês. Até o começo da tarde de ontem, a polícia já tinha identificado três vítimas desse criminoso. Uma das últimas empreitadas criminosas cometida por ele teve como alvo os passageiros do ônibus, que tinha como destino o município de Bacabal.

No domingo, 10, ele entrou no veículo em um posto de combustível, localizado na saída de Santa

Inês, e, logo após, ofereceu bombom aos passageiros. Uma dessas pessoas acabou dormindo e chamou a atenção dos outros passageiros e informaram o caso para o motorista.

O ônibus voltou para a cidade de Santa Inês e Antônio Edson foi entregue para os militares, que estavam na rodoviária. O detido foi apresentado na delegacia e declarou que tinha colocado o remédio "Rivotril" nos bombons, na água e no coco. Esse medicamento é anticonvulsante, poderoso relaxante muscular.

A polícia também informou que o detido é suspeito de ter feito mais duas vítimas no decorrer da semana passada. Uma delas estava em um ônibus interestadual, enquan-

to, a outra vítima é funcionário de uma pousada, localizada em Santa Inês. Ela chegou a ficar internada no hospital da cidade por mais de cinco dias sentindo dor no corpo, tontura e sonolência.

Mais prisões

Francisco José dos Santos de Jesus, de 49 anos, foi preso ontem em cumprimento de ordem de judicial pelo crime de maus tratos, em São José de Ribamar. O crime ocorreu no mês de outubro de 2016 e a vítima, uma criança, de 3 anos. Também foi detido Jorge Luís Rodrigues Costa, de 24 anos, na cidade de Itapecuru-Mirim, pelo crime de roubo. ●

RÁPIDA

Acusados de matar menina vão a júri

O julgamento dos acusados do ataque a coletivo, ocorrido no dia 3 de janeiro de 2014, que resultou na morte de Ana Clara Souza, de 6 anos, como também

deixou gravemente ferido Márcio Ronny, até o fim da tarde de ontem não tinha terminado, no fórum, em São José de Ribamar. Ação teria sido ordenada por presidiários de Pedrinhas.

Integra em oestadom.com/475728



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Vida				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	10	

ATAQUE A ÔNIBUS

Condenação dos acusados no caso Ana Clara deve sair hoje

PATRICIA BRENDA

Deverá ser conhecida hoje, terça-feira (12), a sentença dos cinco acusados de envolvimento em um ataque a ônibus na Vila Sarney Filho, em São Luís, que resultou na morte da menina Ana Clara Souza, de 6 anos. O caso foi registrado em janeiro de 2014.



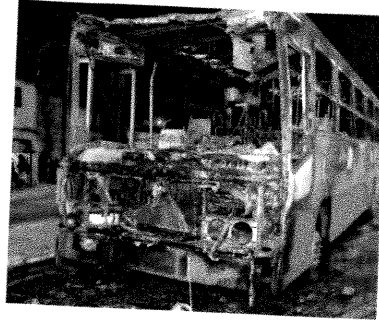
Jorge Henrique Amorim Santos, Wilderley Moraes, Hilton John Alves Araújo, Thalisson Vitor Santos Pinto e Larravadiere Silva Rodrigues de Sousa Júnior, começaram a ser julgados na manhã de ontem, segunda-feira (11), no Fórum de São José de Ribamar, sob responsabilidade da 1ª Vara Criminal. Giheliton Silva, um dos participantes do crime, morreu no decorrer do processo.

Conforme a denúncia, todos os citados, e mais quatro menores participaram da ação denominada 'Salve Geral', e são acusados de crimes de homicídio e tentativa de homicídio contra Ana Clara Santos Souza, Juliane Carvalho (mãe de Ana Clara), Lohanny Beatriz, Márcio Ronnye Abianci.

Outros dois homens identificados como Sansão dos Santos Sales e Julian Jeferson Sousa da Silva, que à época foram presos e apresentados pela polícia como participantes do crime, não foram denunciados pelo Ministério Público. As investigações apontam que eles não participaram dos crimes.

Relembre o caso

No dia 3 de janeiro de 2014, às 20h, Ana Clara entrou em um coletivo na companhia da mãe e da irmã nas proximidades da Vila Sarney filho. De acordo com as informações, elas entraram no coletivo uma parada antes dos acusados entrarem e atearam fogo no veículo.



O inquérito relata que, o crime teria sido planejado durante uma reunião com os integrantes de uma facção criminosa que age na capital maranhense. A ordem para a realização da ação teria partido do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Segundo as investigações, um dos menores teria entrado no ônibus e ameaçado o motorista e a cobradora com um revólver, forçando a parada do veículo. O inquérito aponta ainda que instantes depois os outros acusados apareceram e atearam fogo no ônibus, ameaçando os passageiros.

De acordo com a polícia, os ataques criminosos aos ônibus em São Luís foram uma reação às medidas adotadas para combater a criminalidade nas unidades prisionais da capital que, em outubro de 2013, estavam sendo vigiadas por homens da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Militar. O caso dos ataques aos ônibus em São Luís teve grande repercussão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	9		

TENTATIVA DE FEMINICÍDIO

Jovem leva 12 facadas do namorado em Balsas

REPRODUÇÃO DE IMPRENSA SOCIAIS



LAURA E CARLOS MANTINHAM UM RELACIONAMENTO AMOROSO

MANUELA VIEIRA

Uma jovem identificada como Luara Macedo, foi atingida com 12 facadas na madrugada do último domingo (10), pelo próprio namorado Carlos Langne, após uma discussão entre os dois, na cidade de Balsas, distante 810 km de São Luís.

Revelações da polícia esclarecem, que na tentativa de feminicídio, a vítima sofreu graves ferimentos. Foram sete facadas na região do tórax e cinco na cabeça.

A vítima foi socorrida e está internada no Hospital Municipal Balsas Urgente. Apesar da gravidade o estado de saúde dela é estável. Segundo a polícia, após o crime o suspeito fugiu e ainda não foi capturado, o caso segue sendo investigado.

Luara gostava de postar declarações de amor para namorado, que segundo a família, era controlador e ciumento. A família da vítima revelou que o relacionamento era abusivo por parte do Carlos.

PRESIDENTE VARGAS

Dupla que matou criança em liberdade



OS IRMÃOS CLAUBERTE E FRANCISCO CONFESSARAM O CRIME

Foram soltos pela Justiça do estado, Clauberte Almeida Araújo e o irmão Francisco Garcês Silva, assassinos confessos do menino Renasson, de apenas 5 anos. O crime aconteceu em 2017. A morte teve registro no Povoado Sapucaial, na cidade de Presidente Vargas, localizada na Microrregião de Itapecuru Mirim ao Norte Maranhense, a 165 km de São Luís.



O crime bárbaro chocou a comunidade na época. O menino teria sido atraído até a beira do rio, com a desculpa de que iam "matar passarinhos". Renasson foi morto a pauladas, ele também teria sido estripado pela dupla e enterrado em cova rasa.

Em depoimento Clauberte que era padrasto do menino confessou que matou e enterrou o garoto para se vingar da ex-mulher. (M.V)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	12	

Iniciado julgamento de acusados de matar criança durante ataques a ônibus no MA

AIDÉ ROCHA

Teve início ontem (11), em São José de Ribamar, o julgamento dos cinco acusados de envolvimento em um ataque a ônibus na Vila Sarney Filho, em 2014, que resultou na morte da menina Ana Clara Souza. Eles também são acusados de tentativa de homicídio contra Juliane Carvalho (mãe de Ana Clara), Lohanny Beatriz, Márcio Ronny e Abianci.

Os réus foram identificados como Jorge Henrique Amorim Santos, Wilderley Moraes, Hilton John Alves Araújo, Thalisson Vitor Santos Pinto e Larravadiere Silva Rodrigues de Sousa Júnior. Um dos acusados, Giheliton Silva, morreu no decorrer do processo. Segundo a denúncia, os ataques foram feitos pelos acusados juntamente com mais quatro menores. O grupo, que integra uma facção criminosa com atuação na capital, foi recrutado para executar a ação denominada 'salve geral', com ordens vindas de dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, conforme aponta o inquérito.

Durante o primeiro dia da sessão, que está sendo presidida pela juíza Laysa de Jesus Paz Martins e ocorre no Salão do Júri do Fórum de Ribamar, sob responsabilidade da 1ª Vara Criminal, foram colhidos todos os interrogatórios,



DIVULGAÇÃO

A menina Ana Clara Souza morreu no atentado e Márcio Ronny ficou com graves queimaduras

e também ouvidas as falas da acusação e defesa. A previsão é que nessa terça-feira (12), seja dada continuidade com a realização da réplica, da tréplica e finalizado com a decisão do júri popular.

Vale destacar que o julgamento já havia sido adiado outras duas vezes. Em maio, o adiamento ocorreu por conta da renúncia de um dos advogados de defesa.

ATENTADO

No dia 3 de janeiro de 2014, na Vila Sarney, em São José de

Ribamar, homens atearam fogo no ônibus em que estava a menina Ana Clara, que teve 95% do corpo queimado e morreu três dias depois.

Na ocasião, a irmã dela, de 1 ano e 5 meses, teve queimaduras em 20% do corpo; a mãe das duas teve 40% do corpo queimado; e Márcio Ronny, tido como herói por ter tentado salvar Ana Clara voltando ao ônibus, ficou com 75% do corpo queimado.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, um dos menores teria entrado no

ônibus e ameaçado o motorista e a cobradora com um revólver, forçando a parada do veículo. Nesse momento, os demais acusados chegaram e atearam fogo no ônibus com os passageiros ainda dentro.

A ação criminosa, segundo investigações da polícia, foi uma reação às medidas adotadas para combater a criminalidade nas unidades prisionais que estavam sendo alvo de operações policiais em razão das inúmeras mortes de detentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	12 / 11 / 2019	PÁG.	12	

Polícia pedirá prisão preventiva de autor de tentativa de feminicídio contra namorada

A Polícia Civil pedirá a prisão preventiva de Carlos Alberto Botelho Langne, suspeito de esfaquear doze vezes a própria namorada identificada como Luara Macedo. A tentativa de feminicídio ocorreu na madrugada de domingo (10), no bairro Açucena, cidade de Balsas.

De acordo com o delegado Fagnó Vieira, da Delegacia Regional de Balsas, ainda não se sabe de fato a motivação do crime. "Ainda vamos apurar o que houve entre os dois para desencadear esse crime. Após o crime, o namorado fugiu do local. Nós vamos representar ao poder judiciário pela decretação da prisão preventiva do autor e também continuar as buscas por ele", disse.

Luara, que foi ouvida nessa segunda-feira por policiais, foi atingida com facadas na região do tórax, braços, pernas e cabeça. O estado de saúde dela é considerado estável. Ela segue internada no Hospital Municipal Balsas Urgente. Conforme Boletim de Ocorrência registrado pelo pai da vítima, o casal brigava muito e a maioria das vezes o motivo era os ciúmes do suspeito. No dia do crime, uma amiga de Luara, que dormia na mesma casa que ela, relatou ter sido acordada por gritos de socorro. Ao chegar no quarto, presenciou a amiga no chão sendo esfaqueada pelo namorado.

TRÁFICO DE DROGAS
Policiais militares prenderam

dois homens, na noite de domingo (10), pelo crime de tráfico de drogas, na Rua da Feira, no bairro da Vila Embratel. Na ocasião, um adolescente foi apreendido. Os presos foram identificados como Marcelo Roberto Batista Pinheiro e Anderson Luan Passos Brito. Segundo a polícia, eles e o adolescente foram abordados após tentarem sair do local em que estavam quando perceberam a presença da guarnição. Após revista no carro, e no trío, a polícia encontrou R\$ 13 em espécie, celulares e cerca de 450 gramas de substância semelhante à cocaína. Todos foram encaminhados ao Plantão da área do Itaqui-Bacanga, para as medidas cabíveis.



DIVULGAÇÃO

Luara Macedo foi esfaqueada pelo namorado, no bairro Açucena, cidade de Balsas

Policiais Penitenciários do Maranhão concluem curso de Nivelamento da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária

Policiais prisionais do Sistema Penitenciário do Maranhão foram certificados, na última sexta-feira (8), no II curso de Nivelamento da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP). A capacitação foi realizada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), por meio da Academia de Gestão Penitenciária (Agpen), em parceria com a Escola Nacional de Serviços Penais (Espen).

A cerimônia de encerramento do curso contou com a presença do secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, do subsecretário Rafael Velasco, o secretário adjunto de Segurança Penitenciária, João Francisco Rodrigues, e do gestor de segurança penitenciária, Ricardo Delmar Batalha Carneiro.



Vinte policiais prisionais do Sistema Penitenciário do Maranhão foram certificados

"Parabenizo os servidores que agora estão preparados em caso de necessidade e se dedicaram ao curso, e contamos com o apoio de todos para continuarmos a realizar o nosso trabalho da melhor maneira possível", disse o secretário Murilo Andrade. O Maranhão é o segundo estado a receber este curso, que tem como objetivo elevar o nível técnico dos servidores estaduais que compõem a Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP). A previsão é de que apenas 8 estados promovam a capacitação aos servidores. Os 20 alunos receberam aulas práticas e teóricas sobre armamento e tiro, defesa pessoal, tática, intervenção tática, técnicas e tecnologias menos letais, escolta armada. Os certificados do curso possuem carga horária de 80 horas cada.

Painéis discutem experiências em seminário sobre mortes de crianças e adolescentes

O segundo dia do Seminário sobre Mortes Violentas de Adolescentes e Jovens em São Luís, sexta-feira, 8, realizado no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público, em São Luís, contou com a apresentação de dois painéis, no período da manhã, que apresentaram realidades de Fortaleza (CE) e da capital maranhense. O primeiro painel foi apresentado pelo defensor público Thiago

de Holanda, que abordou "A experiência da iniciativa Cada Vida Importa, em Fortaleza – a pesquisa, a geoespecialização de informações e o projeto Acolher". O trabalho é desenvolvido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, uma articulação que envolve a Assembleia Legislativa, Poder Executivo, sistema de justiça e sociedade civil. De acordo com o painellista, a

articulação surgiu em um momento em que Fortaleza foi considerado o município mais violento para adolescentes no Brasil. Um dos eixos do trabalho é a produção de conhecimento, que embasa a adoção de políticas públicas. Além disso, segundo Thiago de Holanda, o conhecimento também permite uma melhor comunicação com a população, contrapondo um discurso que legitima a violência e as mortes de adolescentes.

O projeto aborda diversos aspectos, como o local de moradia, que muitas vezes vulnerabiliza as vítimas e o perfil étnico social. Os dados levantados apontam que 69% dos mortos não tiveram acesso a projetos sociais e 49% deles tinham passagem pelo sistema socioeducativo. Outra característica recorrente é a situação de abandono escolar e o contato com experiências de trabalho informal (73%).